

## Política nacional de assistência técnica e extensão rural – Pnater

National politics of technical attendance and rural extension

Política nacional de asistencia técnica y extensión rural – Pnater

Politique nationale d'assistance technique et extension agricole – Pnater

*Maria do Socorro Santos Ferreira\**  
*Maria Vanderli Cavalcante Guedes\*\**

A história da extensão rural no Brasil passou por várias crises desde o seu surgimento, em 1948, na cidade de Santa Rita do Passo Quatro (MG), até os dias atuais. Neste aspecto, o papel do extensionista sempre esteve atrelado aos modelos de desenvolvimento e interesses vigentes.

Com a crise econômica, política e ambiental do modelo de revolução verde<sup>1</sup>, insucesso do estado desenvolvimentista na década de 1980 e o avanço do neoliberalismo nos anos 1990, o modelo institucional e técnico da extensão entrou em crise; conseqüentemente, o papel da intervenção dos técnicos da Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER também sofreram os ventos da mudança.

Decorrencia disto é que chegamos ao século XXI com o papel do extensionista sendo questionado. Os métodos antes apreendidos, de difusão de tecnologia, perfeitamente adaptados ao processo de modernização da agricultura, já não atendem às exigências do meio rural, com agricultores demandando novas formas de inserção da agricultura familiar que considerem as especificidades locais, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional sustentável e conseqüente fortalecimento da cidadania.

Neste contexto, em 2003 foi elaborada a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), de forma democrática e participativa, em articulação com diversos

setores do governo federal, assim como os segmentos da sociedade civil, lideranças das organizações de representação dos agricultores familiares e dos movimentos sociais, que, por meio de discussões, já demandavam políticas públicas para o setor rural.

Deste modo, com as reivindicações advindas da sociedade civil organizada, o governo federal instituiu, através do Decreto nº 4.739 de 13 de junho de 2003, as atividades de assistência técnica e extensão rural, que passam a ser coordenadas pelo Departamento de ATER-DATER, da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Sendo assim, a política pública de ATER vem contribuir para uma ação institucional que possibilite a implantação e a consolidação de estratégias de desenvolvimento rural sustentáveis, capazes de gerar renda e novos postos de trabalho. Destacando-se como eixos norteadores da política: as bases *epistemológicas* da agroecologia<sup>2</sup>, o respeito à pluralidade e à diversidade social, econômica, étnica, cultural e ambiental do país, o que implica a necessidade de se incluírem enfoques de gênero, de geração, de raça e de etnia nas orientações de projetos e programas.

O novo serviço de ATER expressa-se por meio da Pnater, que estabelece como missão:

\* Graduada em história pela URCA e mestranda do Curso de Avaliação de Políticas Públicas – UFC.

\*\* Assistente social e mestranda do Curso de Avaliação de Políticas Públicas – UFC.

Participar na promoção e animação de processos capazes de contribuir para a construção e execução de estratégias de desenvolvimento sustentável, centrado na expansão e fortalecimento da agricultura familiar e das suas organizações, por meio de metodologias educativas e participativas, integradas às dinâmicas locais, buscando viabilizar as condições para o exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida da sociedade (MDA, 2004).

Para implementação desta missão, a Pnater estabelece e se baseia em cinco princípios, que pretendem ser a síntese daquilo que é indispensável para se ter uma nova ATER. Dados os objetivos deste texto, citaremos apenas três dos princípios, como segue:

Contribuir para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, com ênfase em processos de desenvolvimento endógeno, apoiando os agricultores familiares e demais públicos descritos anteriormente, na potencialização do uso sustentável dos recursos naturais. Adotar uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, estimulando a adoção de novos enfoques metodológicos participativos e de um paradigma tecnológico baseado nos princípios da agroecologia. Desenvolver processos educativos permanentes e continuados, a partir de um enfoque dialético, humanista e construtivista, visando a formação de competências, mudanças de atitudes e procedimentos dos atores sociais, que potencializem os objetivos de melhoria da qualidade de vida e de promoção do desenvolvimento rural sustentável.

Desta maneira, o MDA vem exaustivamente realizando momentos de discussão da política com as conveniadas e os movimentos sociais, para sua devida implantação. No caso do Cear

á, em 2004, ocorreu o primeiro evento, intitulado "Oficina de Nivelamento da Política Nacional de ATER" e, já em 2008, realizou-se em Fortaleza o seminário estadual de ATER.

Vale registrar que a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (EMATERCE), vem realizando um processo de formação na intenção de efetivar a política.

O Seminário Nacional realizado pelo MDA, no período de 10 a 13 de junho em Brasília (DF), objetivou avaliar a implementação da Pnater, os impactos na extensão rural no país após cinco anos de sua criação, e debater estratégias para seu aperfeiçoamento.

Neste seminário, estiveram presentes representantes da agricultura familiar e de organizações governamentais e não governamentais. O seminário discutiu a assistência técnica dividida em cinco eixos temáticos que constam na Pnater: ater para o desenvolvimento rural sustentável e solidário; instituição da ATER pública, como está funcionando a implementação do novo Sistema Brasileiro Descentralizado de ATER (SIBRATER); abordagem da ATER pública, a execução no país; ATER na geração e apropriação de renda; e ATER e a qualificação das políticas públicas.

Nos eventos estaduais, foram eleitos 350 delegados, distribuídos proporcionalmente de acordo com o número de agricultores de cada estado, segundo o critério de composição de 50% de agricultores familiares, 30% de organizações governamentais e 20% de não governamentais. Também participaram do Seminário Nacional integrantes do Comitê Nacional de ATER.

Portanto, considerando-se o que sugere a política nacional de ATER, a consolidação do processo de mudança requer a formação de profissionais qualificados que levem em conta o respeito aos saberes, pois a transição pautada numa matriz agroecológica exigirá, das instituições de ATER, ensino e pesquisa e o comprometimento com uma agricultura socialmente justa, assegurando um ambiente saudável para as gerações futuras.

### Referências bibliográficas

CAFORAL, Francisco Roberto e COSTABEBER, José Antônio. *Agroecologia: alguns conceitos e princípios*. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2007.

\_\_\_\_\_. *Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável*. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2007.

MDA. Política nacional de assistência técnica e extensão rural, 2004.

### Notas

<sup>1</sup> Marca uma homogeneização do processo de produção agrícola em torno a um conjunto compartilhado de práticas agronômicas e de insumos industriais genéricos. Cf. Goodman, D. Sorj e B.; Winkinson, J., *Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional*. Rio de Janeiro Campos, 1990., pp. 26 e 34.

<sup>2</sup> As bases epistemológicas da agroecologia mostram que, historicamente, a evolução da agricultura humana pode ser explicada com referência ao meio ambiente, ao mesmo tempo em que a evolução do meio ambiente pode ser explicada com referência à cultura humana. Ou seja: a) os sistemas biológicos e sociais têm potencia agrícola; b) este potencial foi captado pelos agricultores tradicionais através de um processo de tentativa, erro, aprendizado seletivo e cultural; c) os sistemas sociais e biológicos coevoluiram de tal maneira que a sustentação de cada um depende estruturalmente do outro; d) a natureza do potencial dos sistemas social e biológico pode ser mais bem compreendida dado o nosso presente estado do conhecimento formal, social e biológico, estudando-se como as culturas tradicionais captaram este potencial; e) o conhecimento formal social e biológico, o conhecimento obtido dos estudos dos sistemas agrários convencionais, o conhecimento de alguns insumos desenvolvidos pelas ciências agrárias convencionais e a experiência com instituições e tecnologias agrícolas ocidentais podem se unir para melhorar tanto os agroecossistemas tradicionais como os modernos; f) o desenvolvimento agrícola, através da agroecologia, manterá mais opções culturais e biológicas para o futuro e produzirá menor deterioração cultural, biológica e ambiental que os enfoques das ciências convencionais por si só. Cf. Noorgard, R. B., A base epistemológica da agroecologia, in Altieri, M. A. (ed.), *Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa*. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989, pp. 42-48.